

Violência conjugal e rede social pessoal

Carla Isabel Carvalho*
Sónia Ribeiro**

Resumo

Este estudo pretende explorar a temática relativa às consequências da violência conjugal nas suas vítimas do sexo feminino no contexto das redes sociais pessoais.

O estudo foi desenvolvido numa amostra constituída por 63 mulheres vítimas de violência conjugal que se encontravam acolhidas em instituições destinadas a esse efeito. Começamos por esboçar uma conceptualização das violências (s), violência conjugal e rede social pessoal por forma a termos um corpo de referências que nos permitam o enquadramento teórico do nosso estudo. Seguidamente apresentamos a investigação de campo, cujo principal objectivo é a análise da relação entre violência conjugal e rede social pessoal.

Palavras chave: rede social pessoal; violência conjugal; vítimas

Violence marriage and social network staff

Abstract

This study aims to explore the thematic as far as the consequences of conjugal violence on female victims are concerned in the context of the personal net.

This study was developed in a sample constituted by 63 women who had been victims of conjugal violence and who were sheltered by institutions aimed for those cases. We started delineating a conception of the word violence itself, the conjugal violence, and the personal net so that we could get a body of references which allow us the theoretical framing of our study. Then we present our field investigation, whose main goals are the analysis of the relations between conjugal violence and the personal net.

Keywords: personal social network; domestic violence; victims

Recebido em: 20/03/2016
Aprovado em: 22/06/2016

* Dra. Carla Isabel Carvalho. Professora Auxiliar da Universidade Lusófona do Porto: carla.carvalho@ulp.pt

** Sónia Mafalda Ribeiro. Professora da Universidade Lusófona do Porto. soperib@gmail.com

Introdução

A violência depende de cada sociedade, uma vez que o contexto, na sua dimensão espaço-temporal, constitui uma dimensão importante na análise deste fenómeno que, apesar de ser um problema universal, não nos remete, no entanto, para um conceito universal. Constata-se que os significados da violência variam tendo em consideração uma construção socialmente determinada, onde a violência é geralmente perspectivada como uma transgressão aos sistemas de normas e de valores definidos em determinado momento social. Hoje a violência engloba aspetos que não se restringem à dimensão física mas que envolvem igualmente dimensões como o afecto, as emoções e a moral, o que nos remete para a designação de *violências*.

Com efeito, existem diferentes formas de violência. Por exemplo, Chesnais (1981) e Rousseau (cit por PAIS, 1996 p. 30) referem a violência privada ou interpessoal, a violência coletiva, a violência do poder contra os cidadãos e, por último, a violência de guerra. A existência de diferentes formas de violência complica a tarefa de operacionalizar este conceito. A extraordinária ambiguidade com que o conceito de violência é utilizado remete-nos para uma enorme diversidade de definições. No entanto, e numa tentativa de operacionalização, destacamos duas definições, das várias encontradas na bibliografia a que tivemos acesso. Assim, violência é: “(...) qualquer ato ou omissão que ponha em perigo a vida, a integridade corporal ou psíquica ou a liberdade de uma pessoa ou que comprometa gravemente o desenvolvimento da sua personalidade” R (85) 4 do Conselho da Europa (1985 p. 28), ou ainda, “uma forma de exercício de poder, mediante o uso de força física, psicológica, económica, política, pelo que define inevitavelmente papéis complementares: assim surge o vitimador e a vítima” (ALARCÃO, 2000 p. 296).

Neste artigo iremos analisar a violência privada ou interpessoal criminal, uma vez que vamos estudar a violência que um ser humano exerce sobre o outro através de uma certa força aplicada de maneira a produzir danos físicos e psíquicos, nomeadamente, a violência conjugal (VC).

A VC pode ser genericamente entendida como qualquer dano físico e/ou emocional que um marido ou companheiro de facto inflige sobre a sua esposa ou companheira (ALEXANDER, 1993) e vice-versa. Neste trabalho iremos concentrar-nos na VC, ou seja, na violência existente entre um homem e uma mulher que vivem uma relação marital continuada no tempo. Embora, a VC não possa ser equacionada num registo linear, em que a voz da vítima é equacionada no desenvolvimento do comportamento do agressor, centraremos a

nossa atenção e o nosso foco de análise nas situações de VC em que o comportamento violento é exercido pelo homem contra a mulher¹.

Violência conjugal

Ao longo dos séculos, a mulher foi vista como uma propriedade do homem, sendo-lhe, em quase todas as sociedades, submissa. Era submetida, primeiro, ao poder do pai e, depois, ao do marido, sendo o seu poder praticamente nulo. O homem tinha o direito, quando não o dever, de a castigar verbal e/ou fisicamente e o seu trabalho restringia-se ao cuidar da casa e dos filhos.

Este modelo de sociedade em que o homem dominava, através de um poder económico, político e disciplinar, perdurou quase até aos nossos dias com suporte legal. Até finais do séc. XX, mais precisamente até à década de 70, na generalidade dos países europeus, a violência marital sobre a mulher não tinha qualquer punição legal. Só a partir dos anos 80, com a contribuição dos movimentos feministas que exigiram a igualdade de direitos entre homens e mulheres e as progressivas necessidades de nuclearização do casal, é que a violência marital passou a ser punível legalmente. No entanto, em alguns países, as mulheres ainda experienciam um elevado grau de subordinação em relação aos companheiros, no aspecto económico, legal e social.

Também em Portugal, e até ao início do séc. XX, a mulher teve um estatuto de menoridade, completamente submetida ao poder do marido. Por exemplo, o primeiro Código Civil Português, de 1867, consagrava a subalternização da mulher em relação ao marido, nomeadamente no art.º 1187 onde “ao marido incumbe especialmente a obrigação de proteger e defender a pessoa e os bens da mulher, e esta de prestar obediência ao marido”. Durante muito tempo a aplicação do direito português auto excluiu-se da esfera privada da conjugalidade, orientando-se pelo princípio de que “entre marido e mulher ninguém mete a colher”. No entanto, hoje, perante a lei, homens e mulheres têm os mesmos direitos, mas é ainda necessário que os cidadãos reconheçam essa legalidade como legítima, pois, atualmente, o “problema não reside na falta de legalidade, mas na dificuldade de a legitimar” (JESUÍNO, cit. por LOURENÇO, LISBOA & PAIS, 1997p. 13).

Corsi (1995) define a VC como o conjunto das situações de abuso, produzidas de uma maneira cíclica e com uma intensidade crescente, entre os cônjuges. Mais concretamente, ela pode ser caracterizada como incluindo

"intense criticisms and put-downs, verbal harassment, sexual coercion and assault, physical attacks and intimidation, restraint of normal activities and freedoms, and denial of access to resources" (BROWNE, 1993 p. 1077).

Corsi (1995) apresenta quatro formas de mau trato na VC: abuso emocional, físico, sexual e violência recíproca ou cruzada. O abuso físico funciona como uma escalada, pois pode ter o seu início num pequeno toque físico, continuando com empurrões, bofetadas, pontapés, torceduras... podendo provocar desfigurações, lesões internas, aborto ou mesmo homicídio. O abuso emocional compreende o conjunto de condutas verbais (insultos, gritos, críticas permanentes, desvalorização, ameaças) e gestos. Katz & Arias (1999) subdividem o abuso emocional em outras duas formas: dominação/isolamento e abuso verbal/emocional. A dominação/isolamento diz respeito aos itens relacionados com as exigências do agressor em termos de submissão, de subserviência e de isolamento da vítima relativamente a outras pessoas e a recursos sociais, de maneira a poder controlar (o que ela faz, o que ela quer, o que ela pensa ou o que ela sente). O abuso emocional/verbal concerne à desvalorização, à humilhação e à ameaça. O abuso sexual consiste na imposição de atos de ordem sexual incluindo a violação. Por fim, Corsi (1995) considera, ainda, a violência recíproca ou cruzada, definindo-a como a existência de simetria nos ataques e paridade da força psicológica e física, entre o homem e a mulher. O mau trato recíproco pode ser verbal e/ou físico.

Estas diferentes formas de violência situam-se num *continuum*, ou seja, uma forma de violência leva a outra e várias formas podem coexistir (BROWNE, 1993; WALKER, 1994; SILVA, 1995). Walker (1994, p. 56) chega mesmo a afirmar que "the most physical and sexual abuse is accompanied by psychological intimidation and bullying behavior".

Mas, para se compreender a dinâmica da VC é crucial considerarmos dois factores: o seu carácter cíclico e a sua intensidade crescente (CORSI, 1995; WALKER, 1994). Ou seja, a VC pode ser entendida como um círculo no qual as dinâmicas do casal se manifestam sistematicamente, passando sempre pelas seguintes fases: fase de acumulação de tensão, fase de episódio agudo e fase de lua-de-mel. Na primeira fase existe uma sucessão de pequenos episódios que provocam um aumento constante de ansiedade e de hostilidade.

No que diz respeito à intensidade crescente, Corsi (1995) refere que a violência conjugal, numa primeira fase, toma a forma de agressão psicológica (o agressor ridiculariza a vítima, ignora a sua presença, corrige-a publicamente, entre outros) atentando contra a auto estima da mulher, provocando uma debilitação nas suas defesas psicológicas. Depois aparece a violência verbal (gritos, insultos, culpabilizações, ameaças de agressão física ou mesmo de

homicídio) que reforça a agressão psicológica. Surge, então, a violência física onde, por vezes, o agressor realiza exigências de carácter sexual podendo, mesmo, chegar à violação. Esta intensidade crescente pode terminar em homicídio² ou suicídio.

Em qualquer dos casos, não podemos deixar de referir que a violência conjugal é uma manifestação particularmente visível do desequilíbrio de poder entre homens e mulheres na nossa sociedade, onde existe o predomínio do dominador-dominado, próprios de um sistema patriarcal ainda subsistente. Diversas teorias têm sido desenvolvidas para compreender esta violência, desde as perspetivas sociológicas e psicodinâmicas às abordagens centradas na patologia individual do agressor e, finalmente, aos modelos de cariz sistémico.

Isabel Alberto (1999) relata que diversos estudos sociológicos apontam como factores que predispõem à violência familiar: o mundo do trabalho e a comunidade. De modo idêntico, outros autores afirmam que a VC está diretamente relacionada com poucos recursos económicos, na maioria das vezes relacionados com o desemprego (BYME *et al.*, 1999; KILPATRICK *et al.*, 1997; WALKER, 1994). Com efeito, o desemprego acarreta dificuldades económicas, associando-se a sentimentos de frustração, falta de capacidade e impotência. A falta de recursos que uma comunidade possui pode, também, contribuir para a VC. Diversos factores, que por vezes não existem nas comunidades em que estas famílias estão envolvidas, contribuem para a perpetuação da VC, como a falta de legislação adequada, a escassez de apoio institucional às mulheres vítimas de VC, a impunidade dos agressores, a falta de serviços familiares, o isolamento social e a falta de coesão social da comunidade (EMERY & LAUMANN-BILLINGS, 1998).

Corsi (1995) fala-nos, ainda, da vitimização secundária que ocorre quando a mulher vítima solicita ajuda a instituições e profissionais. Por vezes, as vítimas são culpabilizadas, recebem respostas erróneas ou ainda não vêem atribuído ao seu problema a devida importância, o que contribui para a perpetuação da violência conjugal. Esta vitimização contribui para que a vítima tenha mais dificuldade em abandonar o seu companheiro, pois sente-se desacompanhada e sem apoio (IDEM). A este nível existem factores de risco que podem aumentar o comportamento violento, mas que, por si só, não o podem desencadear.

Ao nível do microsistema consideram-se os elementos estruturais da família e os padrões de interacção familiar, bem como as características pessoais das vítimas. Consideram-se também as características dos abusadores ou, tal como é denominado por Belsky (1980), o desenvolvimento ontogenético.

As características do contexto social imediato, especialmente do sistema familiar, parecem ter uma importante implicação na perpetuação da VC (EMERY, 1989). Corsi (1995) refere-nos que os estudos realizados afirmam que existe um predomínio das estruturas familiares autoritárias, em que a distribuição do poder segue os parâmetros estereotipados culturalmente, isto é, em que o homem é que detém o poder. Normalmente, os cônjuges que vivem uma relação violenta foram socializados em estruturas familiares autoritárias. Esta socialização incrementou os sentimentos de indefesa e culpabilidade na mulher e, nos homens, ativou mecanismos de sobrecompensação, o que os levou a estruturar uma imagem externa de *durão*.

No entanto, no domínio público, o casal violento não é normalmente percecionado como tendo um estilo verticalista. Para este fato contribui o seu isolamento, o que sustenta a imagem distinta do público e do privado (VESTERDAL, 1991). O nível de angústia ou ansiedade na relação parece ser uma variável significativa na mediação entre o conflito e existência de violência na conjugalidade (LLOYD, 1990; FOLLETTE & ALEXANDER, 1992). A ineficácia em resolver estes conflitos é o maior contributo para que o processo de desafeição do outro se inicie e tenda a crescer (KAYSER, 1993). A acumulação de conflitos não solucionados produz raiva, agressão e contribui para a tensão no casal.

Concluindo, a VC é uma problemática mundial que desconhece barreiras sócio-culturais e "cuts across educational levels, religious affiliations, and racial and ethnic groups" (WALKER, 1994 p. 62).

Rede social pessoal

Verdade incontestável é que a VC está associada a diversas consequências adversas para as suas vítimas. Mesmo supondo que a relação entre os maus tratos e as consequências habitualmente enunciadas pode não ser linear, consideramos importante sintetizar, atendendo ao estudo em questão, as dificuldades no domínio afetivo, que estas mulheres geralmente referem. Os autores falam de comportamentos depressivos ou de grande evitamento, como a vergonha, o isolamento, a culpabilização, a desvalorização e a falta de confiança. Cascardi, O'Leary & Schlee (1999) referem-nos 14 estudos que foram realizados a vítimas de VC e que comprovam a existência de depressão e de sintomatologia depressiva nestas mulheres. O estudo que indica uma maior prevalência desta sintomatologia foi realizado por Cascardi & O'Leary (1992), sendo o seu resultado de 83%. Estes autores referem, ainda, que a sintomatologia depressiva e a depressão aumentam com a severidade da violência. O fato de

estas vítimas apresentarem uma baixa auto-estima (WALKER, 1994; AGUILAR & NIGHTINGALE, 1994), uma auto percepção desvalorizada, ceticismo e sentimentos de impotência, aliados à falta de confiança, contribui para que esta perturbação ou sintomatologia se desenvolva e para que a resposta seja o evitamento (MATOS & MACHADO, 1999). Uma grande parte das mulheres vitimas culpabiliza-se ou sente-se merecedora desta mesma violência (HOLTZWORTH-MUNROE, SMUTZLER & STUART, 1998; CASCARDI & O'LEARY, 1992) o que por sua vez também contribui para a depressão ou sintomatologia depressiva (WALKER, 1994). Nos distúrbios de ansiedade encontramos a hipervigilância, o medo, fobias e ataques de pânico, desordens de sono, de alimentação e disfunções sexuais (KOSS, 1990; HOLIMAN & SCHILIT, 1991).

Estas consequências psicológicas justificam que as mulheres vítimas desta violência manifestem uma diminuição da capacidade de atuação e que não se percebam como agentes de poder e de direito. Vários autores relatam que o *stress* das consequências físicas e psicológicas resultam em dificuldades noutra área, a área psicossocial.

A VC traz, por vezes, algumas dificuldades laborais às suas vítimas, visto que, normalmente, registam uma diminuição no seu rendimento laboral, quer devido ao absentismo, quer devido às dificuldades de concentração (BYNE *et al.*, 1999; SATO & HEIBY, 1992). Existe também, e por vezes, a situação dos seus companheiros se deslocarem aos seus locais de trabalho e realizarem desacatos, pelo que, algumas delas, acabam por ser despedidas. Algumas vezes, as mulheres adotam, também, como medida o isolamento, uma vez que considera que quanto mais isolada estiver menos razões terá o agressor para ser violento (WALKER, 1994).

Tudo isto traz consequências para as redes sociais pessoais destas mulheres.

Apesar da terminologia usada na abordagem das redes sociais diferir consideravelmente de autor para autor, a rede social é quase sempre definida por estes a partir de um indivíduo ou ator social (ABREU, 2000). Genericamente a rede social pode ser considerada como o universo relacional do indivíduo (SLUZKI, 1996), constituída pelos sistemas particulares de relações que unem atores sociais (FISHER *et al.*, 1977 *cit. por* GUÉDON, 1984), ou ainda como o conjunto de nós e laços de ligação entre os nós, em que os nós podem ser pessoas, grupos, empresas ou outras instituições (WELLMAN, 1981). Sluzki (1996 p. 13) considera a rede social pessoal como o

"conjunto de seres com quienes interactuamos de manera regular, com quienes conversamos, com quienes intercambiamos, (...) suma de todas las relaciones que un individuo percibe como significativas o define como

diferenciadas de la masa anónima de la sociedad, (...) nicho interpersonal de la persona, y contribuye substancialmente a su próprio reconocimiento como individuo y a su imagen de si".

As redes podem ser classificadas como primárias e/ou secundárias. A diferença entre estas duas classificações assenta em diversos aspetos, nomeadamente no tipo de vínculos relacionais existentes entre os membros da rede social (ABREU, 2000). Desmarais *et al.* (1995) definem a rede primária como uma entidade micro-sociológica constituída pelo conjunto de indivíduos que comunicam entre si, que têm relações interpessoais numa base de afinidades pessoais num quadro não institucional. A composição da rede primária é um dos principais indicadores do tipo de rede de um indivíduo, podendo este definir-se tendo em conta o laço mantido com o indivíduo. Logo, podemos encontrar redes de parentesco, de vizinhança, de amizade, de colegas, etc., sendo a maioria das redes mistas, pois consideram vários dos elementos apontados (GUÉDON, 1984). De referir ainda que a ajuda de longo prazo é oferecida pela rede de parentesco, enquanto que a de vizinhança constitui um recurso em situações de emergência (LITWAK & SZELENJI, 1969 cit. por GUÉDON, 1984). Assim, a rede primária é a primeira malha de tecido social a definir-se a partir de uma pessoa.

A rede secundária "se définit à partir de une tâche, d'une institution, etc; c'est l'ensemble des personnes réunies autour d'une même fonction, dans une cache institutionnalisê, tel un syndicat, une coopérative" (DESMARAIS *et al.*, 1995p. 48). Ou seja, as redes secundárias podem ser definidas como "o conjunto de pessoas reunidas por uma mesma função, num quadro institucional" (BLAHET *et al.*, 1981 *cit por* LACROIX, 1990 p. 79). Estas redes têm como principal objetivo fornecer respostas a exigências de natureza funcional, ao fornecimento de serviços e definem-se a partir de uma instituição. Tendo em conta o seu nível de estruturação, os objectivos a cumprir e as relações estabelecidas no seu seio, as redes secundárias podem ser consideradas formais ou informais. As redes secundárias formais reportam-se a laços institucionais, ou seja, são todas as instituições ou as relações estabelecidas no seu enquadramento que sejam caracterizadas como estruturadas e de existência oficial. As suas relações são relativamente estáveis e estruturadas segundo condutas/normas estabelecidas pelas funções concedidas a cada indivíduo (GUÉDON, 1984). Nas redes secundárias informais já não existem laços de carácter oficial e estruturados nem uma divisão rígida de papéis, pois, tal como o próprio nome indica, trata-se de esquemas de interação informal, embora tenham uma atribuição funcional com o objectivo de responder a uma procura ou de fornecer determinados serviços.

A rede social pode ser analisada segundo uma enorme diversidade de variáveis, pelo que decidimos focalizar algumas dessas variáveis segundo a proposta de Sluzki (1996)³. Assim, este autor analisa a rede tendo em conta as suas características, nomeadamente estruturais, (tamanho, densidade, composição ou distribuição, dispersão da rede, homogeneidade e heterogeneidade), funções dos vínculos e atributos de cada vínculo (propriedades específicas de cada relação).

Tamanho é o número total de sujeitos que mantêm contato pessoal com o sujeito central. Sluzki (1996) classifica o tamanho das redes em três grupos: mínimo, médio e muito numeroso. Este autor considera que as redes mínimas são menos eficazes em situações de sobrecarga ou em tensão de longa duração já que os sujeitos começam a evitar os contatos para evitarem sobrecarregar-se. Já as redes muito numerosas podem correr o risco de inação pois os seus membros podem basear-se no pressuposto de que "já alguém se deve estar a ocupar do problema", pelo que existem indicações de que as redes de tamanho médio são as mais efetivas. Diversos estudos têm evidenciado uma relação entre a existência de redes pequenas e a maior probabilidade de contrair doenças ou mesmo de morrer.

Guay (s.d.p. 63) refere ainda a existência de uma reserva de contatos muito pouco frequentes ou não atualizados, que denomina *grupo de segundo nível*. Este grupo é composto pela rede social de cada um dos membros da rede social de cada sujeito. Cada pessoa que faz parte de uma dada rede pessoal tem ela própria uma rede pessoal, o que constitui um imenso reservatório de recursos humanos. Existem diversos factores que afectam o tamanho da rede, como por exemplo a migração ou a mudança de residência (que reduzem dramaticamente o tamanho da rede), a idade da própria pessoa, como é o caso dos idosos (a sua rede social reduz-se por desgaste, por existir uma elevada taxa de mortalidade nesta faixa etária, ou ainda por falta de acesso à renovação) e também do sexo (a rede pessoal das mulheres pode ser menor em número de elementos ainda que a sua qualidade, ao nível da interacção, seja maior do que a dos homens).

A densidade é-nos dada pelo grau de conexão existente entre os membros que constituem a rede social independentemente do sujeito central. Sluzki (1996) refere que a densidade pode ser classificada em alta, média ou baixa. Este autor considera que a densidade média favorece a maior efetividade do grupo pois permite uma troca de impressões e opiniões; a densidade alta favorece a conformidade dos membros, pois pressiona a adaptação do indivíduo às regras do grupo, pelo que, se acontece um desvio individual das normas, favorece a exclusão do indivíduo da rede; a densidade baixa reduz a efetividade da rede ao

não permitir a troca de impressões entre os seus membros dada a falta de conexão entre os mesmos. A partir do grau de conexão entre os membros da rede podem tipificar-se as redes em coesas, dispersas ou fragmentadas.

A rede coesa é composta por um grande grupo indiferenciado, constituído pela família nuclear, família alargada, amigos, colegas de trabalho e vizinhos. Todos os membros se conhecem e não existem subgrupos independentes. As pessoas comunicam entre si e possuem uma grande ligação emocional. Guay (s.d.) refere que a imagem de uma rede coesa é a de uma família alargada típica do meio rural, ou de um certo município onde uma única indústria emprega todas as pessoas. A grande vantagem da rede coesa reside no potencial quase ilimitado de suporte emocional que contém e na rápida mobilização de recursos em caso de necessidade. O grande inconveniente desta rede reside na influência e no controle exercido sobre os membros que dela fazem parte e também no facto de ser fechada sobre si própria, com reduzida abertura ao exterior, não permitindo, desta forma, a renovação das práticas e das normas de comportamento.

A rede fragmentada é composta por pequenos subgrupos, relativamente independentes entre si. Um destes subgrupos pode ser a família, ou os amigos, ou os companheiros de trabalho ou os vizinhos. As pessoas de cada subgrupo não conhecem geralmente os restantes membros dos outros subgrupos, pelo que os contatos entre subgrupos diferentes são de escassa frequência. Existe uma opinião generalizada de que este tipo de rede parece adaptar-se melhor ao meio urbano contemporâneo (caraterizado pelas mudanças sociais e pela mobilidade) pois é mais flexível e contempla uma maior diversidade de recursos. Apesar de esta rede oferecer uma grande flexibilidade, o tipo de suporte que oferece pode não ser equilibrado. A situação complica-se quando existem barreiras no interior da rede que bloqueiam o acesso a certos recursos é o caso, p.e., do sujeito que, recorrendo à ajuda da mãe, tem de prescindir do apoio do marido e da família de origem deste.

A rede dispersa carateriza-se pela fraca conexão entre os seus membros, ou seja, existe um elevado número de membros que não se interligam e a pouca conexão existente não tem tendência a persistir. A pouca conexão existente ocorre, sobretudo, no contexto familiar. Este tipo de rede social assenta na pessoa central e desorganiza-se quando falta essa pessoa. A intervenção que se pode realizar no sentido de reforçar este tipo de rede passa pela manutenção de contatos frequentes entre os diversos membros da rede, bem como diversificar os subgrupos (GUAY, S.D.).

A variável da composição ou distribuição é relativa à proporção do total de membros da rede que está localizada em cada quadrante e em cada círculo. Sluzki (1996) apresenta uma composição da rede baseada em 4 quadrantes e em 3 círculos.

Os quatro quadrantes que este autor apresenta são: a família; as amizades; as relações laborais ou escolares; e as relações comunitárias, de serviços ou religiosas. Nestes quadrantes inscrevem-se 3 áreas, 3 círculos, nomeadamente um círculo interior de relações íntimas (família directa e amigos íntimos com contactos frequentes); um círculo intermédio relativo às relações pessoais com menor grau de compromisso (tais como relações sociais e pessoais onde existe contato pessoal mas não existe intimidade) e um círculo externo relativo a conhecidos e relações ocasionais (tais como conhecidos de escola ou de trabalho e familiares distantes).

A homogeneidade e heterogeneidade demográfica e sociocultural, avaliadas em parâmetros como a idade, o sexo, a cultura e o nível sócio-económico, constitui uma característica que, para Sluzki (1996), tem vantagens e desvantagens em relação às próprias identidades do indivíduo, ao reconhecimento de sinais de stress pelos membros, bem como a nível da activação e utilização da rede. Abreu (2000), referindo outros autores, afirma que as redes homogéneas são aquelas que oferecem interações nas quais os seus membros se sentem mais reforçados.

Independentemente de ser de forma individual ou em conjunto, os membros da rede social realizam diversas funções. Sluzki (1996) considera que o tipo de intercâmbio interpessoal dominante entre os membros de uma rede determina as denominadas funções da rede, designadamente: a companhia social, o apoio emocional, o aconselhamento, a regulação e controlo social, a ajuda material ou de serviços e o acesso a novos contactos. Muitas vezes, as relações familiares e de amizade íntimas cumprem um importante número de funções. Na realidade, cada vínculo da rede pode cumprir múltiplas funções.

Sluzki (1996) define a função de companhia social como a realização de atividades conjuntas, ou simplesmente o estar juntos. Embora esta função possa parecer tão somente uma função superficial, na realidade ela poderá assumir uma grande importância para certos sujeitos, como é o caso, por exemplo, da população idosa.

O apoio emocional é relativo aos intercâmbios de atitudes emocionais positivas, criando, assim, um clima de compreensão, de simpatia, de empatia, estímulo ou apoio. Poder contar com a disponibilidade do outro fornece indicação ao indivíduo de que tem pessoas que lhe podem transmitir carinho e segurança.

A função de regulação e controlo social é exercida pelos diferentes membros entre si através de interações que recordam e reafirmam responsabilidades e papéis, neutralizam desvios de comportamento que se afastam do que é ditado pelo colectivo e permitem uma dissipação da frustração e da violência, favorecendo a resolução de conflitos. Favorece a socialização dos indivíduos, por um lado, mas, por outro, facilita a exclusão aquando de um desvio.

O aconselhamento permite o cumprimento de interações destinadas a partilhar informações pessoais ou sociais entre os membros e permite clarificar expectativas e promover papéis.

Barrón (1996) refere a ajuda material ou instrumental como dizendo respeito à ajuda nas tarefas domésticas, o cuidar dos filhos, o emprestar dinheiro, o fornecer refeições e diversas outras acções ou materiais que proporcionadas por outrém facilitam as tarefas do dia a dia, aliviando o próprio indivíduo. A autora refere que este apoio tem de ser percebido pelo sujeito como apropriado, pois, se acontecer o contrário, este apoio pode contribuir para aumentar o mal-estar e o *stress*.

O apoio técnico ou de serviços diz respeito a uma ajuda específica, cuja base é o conhecimento teórico, fundamentalmente levada a cabo por membros da rede ligados a serviços estruturados e formais, como por exemplo assistentes sociais, psicólogos, enfermeiros e outros.

O acesso a novos contactos é uma função que permite um alargamento da conexão com pessoas e redes que até então não faziam parte da rede social do indivíduo. Os recursos potenciais aí contidos podem ser uma oportunidade para reforçar ou criar novas redes sociais (GUAY, S.D.).

Já em relação aos atributos do vínculo, Sluzki (1996) refere que estes podem ser analisados tendo em conta as suas propriedades específicas, podendo distinguir-se diferentes atributos para cada vínculo. As características da multidimensionalidade e da versatilidade referem-se à variedade e quantidade de funções assumidas pelo vínculo, ou seja, permitem identificar quantas funções são cumpridas (exp. um membro da rede pode ser, simultaneamente, um bom companheiro social e uma fonte de conselhos). A reciprocidade está relacionada com o facto de o sujeito central cumprir, ou não, a mesma função ou função equivalente relativamente aos membros da sua rede. Os vínculos podem considerar-se recíprocos quando coincidem uns relativamente aos outros. As relações podem ser simétricas ou assimétricas quanto às funções assumidas pelos indivíduos envolvidos na interacção

(SLUZKI, 1996). Já a intensidade/história da rede revelam a carga e durabilidade das relações, assim como a sua história, colocando a rede social numa dimensão diacrónica. Por fim, o mesmo autor considera a frequência de contactos pois a rede social é mantida pelos contactos entre os seus membros, ou seja, é através da sua manutenção mais ou menos frequentes que se mantêm os vínculos ativos, embora muitos vínculos intensos possam ser rapidamente reativados apenas com um contacto, mesmo quando ocorre um hiato temporal considerável (IDEM).

Metodologia utilizada e apresentação de resultados

Apesar da diversidade e quantidade de informação que a realização do mapa da rede social comporta, neste trabalho analisámos apenas algumas das características:

- estruturais, nomeadamente o tamanho, a densidade e a composição da rede;
- funcionais, mais especificamente o tipo de funções que estas mulheres consideram como mais importantes para pôr fim à situação de mau trato conjugal;
- dos atributos do vínculo, onde só tivemos em conta a média de frequência de contactos face a cada um dos elementos da rede.

Optámos por fazer esta restrição dadas as limitações temporais que tínhamos e a necessidade de trabalharmos quantitativamente toda a informação recolhida.

O instrumento de avaliação utilizado foi uma adaptação do Instrumento de Análise da Rede Social Pessoal (IARSP).

Atendendo a que a população alvo deste estudo são, mulheres ex-vítimas de violência conjugal que se encontram em instituições destinadas ao seu acolhimento, o estudo incidirá sobre uma amostra de 63 mulheres. Tratou-se, assim, de uma amostra não probabilística, de conveniência, devido aos condicionalismos das instituições. A amostra de que dispomos é, pois, restrita, podendo ainda estar influenciada pelo facto de os sujeitos se encontrarem em instituições.

Mais de metade das entrevistadas (54%) apresentou a sua rede social pessoal como sendo constituída por menos de 10 e mais de 5 elementos. Já 22,2% referiram um número inferior a 5 elementos e 19% referiram um valor que se situava entre 10 a 15 elementos. Pode-se notar a existência de uma "linha divisória" a partir da qual encontramos apenas 4,8% da amostra. Esta linha surge-nos a partir de 15 elementos constituintes da rede social pessoal. O tamanho médio da rede é de 7,41 elementos. A sua amplitude varia entre 1 e 22 elementos, sendo o desvio padrão de 3,96.

Ainda que não existam valores normativos para o tamanho das redes, é habitual considerar-se que o seu valor ronda os 20 elementos, com variações médias entre 15 e 25 elementos. Em estudos já realizados em Portugal, Abreu (2000) encontrou, para a população geral, um valor médio de 19,07 elementos. No mesmo estudo e para cada uma das amostras clínicas (a de esquizofrénicos e a de doentes deprimidos) o valor médio observado foi de, respectivamente, 9,3 e 8,5 elementos. Num outro estudo, realizado com duas amostras socialmente desfavorecidas, o tamanho médio da rede foi de 16,3 (utentes do Rendimento Social de Inserção), de 14 (utentes de Acção Social) e de 13,5 elementos (população geral).

Se no estudo de Abreu (2000) o nível socio-económico da amostra controlo é um pouco mais elevado e em todos os estudos as amostras são maioritariamente femininas, embora integrem elementos masculinos, e um pouco mais velhos, a verdade é que os dados nos parecem comparáveis. E dessa comparação resulta claramente que as mulheres da nossa amostra têm uma rede social bastante reduzida, o que é, aliás, confirmado pela literatura (WALKER, 1994; HOBFOLL, 1991). Este aspecto é tão ou mais importante quanto a falta de apoio social pode dificultar, a estas mulheres, a saída do contexto de violência, o reenquadramento necessário à transformação da relação violenta e da visão que a mulher tem de si própria, das suas competências e dificuldades, o fornecimento de informações, etc.

Esta é uma das variáveis que é referida por muitos autores como aquela que define o tipo de rede social. A composição da rede indica-nos o número de membros e o nível de concentração da rede em determinado círculo e quadrante. No presente trabalho os diferentes quadrantes analisados são a família, as relações de amizade, as relações de trabalho e/ou de estudo, as relações de vizinhança e as relações de âmbito institucional.

Para cada quadrante apresentamos dados de estatística descritiva, mais especificamente as frequências agrupadas em classes (o que traduz o número de elementos por quadrante), as médias e os desvios padrões.

Em relação à família, 66,7% das inquiridas referiram entre 1 a 4 elementos, embora 42,9% não sinalizem mais do que 2 elementos. Somente 27% referiram um número superior a 5 elementos. Parece-nos ainda importante referir que a família não é considerada nas redes por 6,3% dos inquiridos.

A média do número de elementos considerados no quadrante familiar é de 3,46 e o desvio padrão é de 2,55. A amplitude varia entre 0 e 11 elementos.

Comparando com os estudos anteriormente referidos, estes dados são claramente discrepantes, ainda que compreensíveis se pensarmos que é no contexto familiar que a

violência ocorre e que, muitas vezes, é também no contexto familiar que estas mulheres se sentem menos apoiadas. Habitualmente, a família é o quadrante que ocupa uma maior proporção na rede; o agregado familiar é sempre indicado e a família alargada é também muito referida nos ciganos estudados, Lídia Umbelino encontrou uma média de 15,62 elementos e entre a população geral Abreu (2000) registou uma média de 2,4 elementos para o agregado familiar e 6,2 elementos para a família alargada. Apesar de tudo, a família continua a ser o quadrante mais preenchido na rede destas mulheres.

Face ao quadrante das amigas, salientamos o facto de 55,7% das inquiridas não referirem a existência de qualquer amigo nas suas redes sociais.

Das restantes inquiridas 28,6% referiu 1 a 2 amigos e 11,1% referiu 3 a 4 amigos. As restantes 4,8% das entrevistadas indicaram a existência de mais de 5 amigos nas suas redes. Verifica-se, assim, em relação ao quadrante das relações de amizade uma média de 1,06, com um desvio padrão de 1,7. A amostra apresenta uma distribuição com amplitude entre 0 e 8 amigos.

Comparando estes valores com os de Abreu (2000) vemos que o número médio de amigos se aproxima, ainda que por defeito, do número indicado pela amostra de esquizofrénicos (2,5 elementos) e deprimidos (3,0 elementos), afastando-se claramente do referido pela população geral (7,8 elementos). Naquele estudo, a autora pode constatar a importância dos amigos no desenvolvimento das novas visões (reenquadramento) o que nos alerta para as implicações que a restrição de amigos pode comportar para estas mulheres.

Também no quadrante das relações de trabalho e/ou estudo a frequência que se destaca diz respeito à ausência de relação, isto é, 85,7% das inquiridas não indicaram qualquer vínculo face à relação de trabalho ou de estudo. Seis das entrevistadas, o que corresponde a uma taxa de 9,5%, referem um a dois elementos no quadrante destas relações e 3 inquiridas (4,8%) referem a existência de 3 a 4 sujeitos. Como tal, a média é de 0,32, com desvio padrão de 0,89. Neste quadrante a amplitude é de 0 a 4 elementos. Apesar de 58,7% de mulheres da nossa amostra estar a estudar ou trabalhar, é importante não esquecermos que a amostra foi recolhida em instituições o que, de alguma forma, pode ter contribuído para este resultado. Em qualquer dos casos, este baixo valor no quadrante das relações de trabalho/estudo pode constituir, de novo, um factor dificultador do apoio social de que estas mulheres tanto necessitam.

Nas relações comunitárias ou de vizinhança, somente 23,8% das entrevistadas, o que corresponde a 15 elementos, apontaram relações comunitárias ou de vizinhança. Dos poucos

sujeitos que assinalaram este vínculo, verificamos, no quadro seguinte, que 20,6% assinalaram 1 a 2 elementos e 3,2% assinalaram 3 a 4 elementos. A média situa-se nos 0,38, com o desvio padrão a apresentar o valor de 0,77. A amplitude vai de 0 a 3 elementos

Se este valor é claramente inferior aos encontrados por Abreu (2000) - 1,0 elementos (nos esquizofrénicos), 1,7 elementos (nos deprimidos) e 4,6 elementos (na população geral) - e por Lídia Umbelino (1,08 elementos), o seu significado parece-nos ainda mais significativo se pensarmos que, numa situação de urgência, os vizinhos são as pessoas que mais podem ajudar a vítima a encontrar alguma segurança. Com efeito, nas intervenções em crise este é um apoio que é claramente explorado pelos técnicos aquando da elaboração do plano pessoal de segurança.

Por fim, analisemos as relações de âmbito institucional. É importante sublinhar que sempre que uma das inquiridas indicava uma relação com um técnico ou uma instituição esta era entendida como uma relação de âmbito institucional, apesar do carácter muitas vezes informal destas relações.

As frequências que aqui apresentam uma maior percentagem são a não existência de relações neste quadrante, traduzida pelo valor zero, e o intervalo compreendido entre 1 e 2 elementos. Seguidamente, encontramos o intervalo compreendido entre 3 a 4 elementos. O número de entrevistadas que indica um número superior a 5 elementos é reduzido, pois apresenta uma taxa de 14,3%.

A média apresenta um valor de 2,19, com a amplitude entre 1 a 12. Como se pode comprovar no quadro 7, o desvio padrão é de 2,72. Afastando-se dos valores encontrados por Lídia Umbelino (1,3 elementos) e Abreu (2000) para a população em geral (1,3 elementos), a média de elementos neste quadrante aproxima-se dos valores referidos pelas populações clínicas - 2,4 elementos - tanto na amostra de esquizofrénicos como de deprimidos, o que chama novamente a nossa atenção para a importância que o quadrante institucional pode ter no apoio a proporcionar a estas mulheres.

Para a análise da proporção ocupada por cada quadrante na rede excluimos os sujeitos que, nesse quadrante, apresentavam o valor zero, de maneira a não haver distorção dos resultados pela presença de inexistências.

Como já anteriormente dissemos, as relações familiares são aquelas que ocupam uma maior proporção, com um valor de 52,67%; seguem-se as relações de âmbito institucional com 27,36% e as relações de amizade (11,16%). Os quadrantes que ocupam uma menor proporção

são as relações comunitárias ou de vizinhança (5,07%) e as relações de trabalho ou de estudo (3,72%).

O tipo de rede social pessoal mais frequente, atendendo à sua composição, é a rede mista mas tendencialmente primária, ou seja, é uma rede constituída pela rede primária e secundária onde predominam os vínculos de natureza informal (38,1%). Surge, depois, a rede mista tendencialmente secundária (17,4%), seguida da rede primária e da família, ambas com 15,9%. A rede mista, isto é, aquela onde se equilibram os vínculos informais e formais, é encontrada em 11,1% das inquiridas. Somente uma das entrevistadas (1,6%) é que apresenta uma rede cuja composição é exclusivamente secundária.

Assim, na classificação da composição da rede encontramos predominantemente a rede mista (tendencialmente primária ou secundária) com uma taxa de 66,6%.

Se, ao nível da intervenção, estes resultados nos apontam para a utilidade de um trabalho com a rede mista, a predominância de vínculos de natureza informal parece mostrar-nos que os mesmos não devem ser descurados em benefício de uma intervenção de natureza mais institucional. Com efeito, não só aqueles são muito mais duradouros no tempo como as novas orientações ao nível das políticas sociais nos apontam para uma *des-institucionalização* dos apoios sociais. Embora a intervenção em rede mista tendencialmente primária não constitua um projecto fácil, a sua execução poderá ser não só importante no apoio a dar à vítima como na própria mudança de atitudes e de valores.

A rede que absorve a maior parte dos sujeitos é a coesa, com uma taxa de 66,6%. Segue-se a rede fragmentada que tem uma expressão de 27%, o que corresponde a 17 inquiridas. Com um peso reduzido encontramos a rede dispersa, com 3,2%.

Foi aplicada a designação de "não cotável" quando a rede era constituída unicamente por dois sujeitos (o indivíduo central e um outro). Nesta situação encontram-se 3,2% das redes.

Novamente aqui os valores se aproximam mais dos encontrados por Abreu (2000) para as amostras clínicas do que para a população geral. Se a existência de redes fragmentadas pode ser positiva, ao nível da diversificação de funções e do menor controlo social exercido, pensamos que, na nossa amostra, a fragmentação é proporcionada pelo peso do quadrante institucional o que só reforça a coesão da rede primária. Apesar desta coesão estar habitualmente associada a uma facilidade de actuação da rede, pensamos que para estas mulheres, a braços com inequívocos processos de mudança, a fragmentação da rede pode ser uma mais valia.

Perguntámos às inquiridas quais os dois tipos de apoio que sentiam como mais importantes para pôr termo à situação de maus tratos que experienciaram. Considerámos oito tipos de funções, nomeadamente: apoio emocional (compreensão, carinho); apoio financeiro (dinheiro); apoio instrumental (refeições, cuidar dos filhos); apoio técnico ou de serviços (consultas, subsídios); aconselhamento (conselhos); acesso a novos contactos (apresentação de novas pessoas); companhia social (companhia); regulação social (dizem como nos devemos ou não comportar).

A função que mais vezes foi referida, e por conseguinte, aquela que as inquiridas consideram como mais significativa para pôr fim ao mau trato, é o apoio técnico ou de serviços, com uma percentagem de 69,9%. Segue-se o aconselhamento com 47,6% e com uma percentagem similar, encontramos o apoio emocional (41,2%). Com uma percentagem de 17,5% encontramos o apoio financeiro e com 12,6% o apoio instrumental. As restantes funções apresentam uma percentagem reduzida, sendo apenas referidas por 11,2% das inquiridas. Uma vez mais concluímos acerca da importância do apoio institucional para estas mulheres, sendo este um resultado que nos parece não poder deixar de ser conhecido por parte daqueles que, de uma forma ou de outra, lidam também com a violência familiar - polícias, instituições de saúde, tribunais, I.P.S.S.'s ... Se o apoio emocional é sentido como importante o apoio técnico ou de serviços e o aconselhamento são as duas funções consideradas mais importantes. Não esqueçamos que a nossa amostra provém, fundamentalmente, da classe baixa e tem um nível de habilitações literárias também bastante baixo.

Em relação aos atributos do vínculo, seleccionámos apenas a variável frequência de contactos e calculámos o seu valor médio para os quadrantes que compõem a rede social.

Esta variável obteve-se através da questão colocada às inquiridas sobre com que frequência são contactadas ou contactam, pessoalmente, por telefone ou por carta, cada um dos indivíduos da rede. Foram-lhes dadas cinco opções de resposta, que variam desde o diariamente (1) a raramente (5), tendo-se obtido uma média de frequência de contactos para cada rede e para cada quadrante e, posteriormente, para o total das redes e relativamente a cada quadrante. De referir que, para a apresentação dos resultados por quadrante, foram apenas tidos em conta aqueles que tinham pelo menos um elemento na composição dos respectivos quadrantes.

Analisando a média por cada quadrante, a maior frequência de contactos dá-se, naturalmente no quadrante familiar, embora este se situe perto do semanalmente (1,95). Similarmente, encontramos o quadrante das relações de amizade, cuja média também ronda o

semanalmente (1,99). Com um valor bastante próximo surgem as relações de trabalho ou de estudo (2,0) e as relações de âmbito institucional (2,14). As relações comunitárias ou de vizinhança estabelecem-se menos frequentemente, pois as médias indicam contactos de base quinzenal ou mesmo mensal (3,40).

Analisando o comportamento da média em geral, sobressaem os contactos semanais pois a média é de 2,09, com um valor de Desvio Padrão de 0,87. Analisando a média de frequência de contactos de cada indivíduo notamos que a média mais baixa é de 1 (diariamente), sendo a mais alta de 4,6 (entre mensalmente e raramente). Sendo este valor mais elevado do que os encontrados por Abreu (2000) (1,93; 1,77; 1,87, respectivamente para esquizofrénicos, deprimidos e população geral) e por Lídia Umbelino (1,91) perguntamo-nos se não está aqui, de alguma forma, expresso o isolamento a que estas vítimas são forçadas, pelos seus agressores, e que está amplamente referido na literatura (Corsi, 1995; Walker, 1994; Katz & Arias, 1999; Emery & Laumann-Billings, 1998; Vesterdal, 1991; Follingstad *et al.*, 1991)

Considerações finais

Ainda que idealistas, estamos conscientes de que são necessárias mudanças complexas que passem por alterações das mentalidades e dos valores que contribuem para a manutenção destes comportamentos disfuncionais e ao nível do discurso e da acção política, pois é impossível não verificar que a violência conjugal persiste porque também existe uma grande tolerância em seu torno. Combater esta violência passa, em grande parte, por tornar visível o invisível, por tornar público o que é privado. É necessário a modificação dos sistemas patriarcais que poderá passar por incrementar um funcionamento familiar onde o poder é mais dividido entre os dois cônjuges. Ao nível extrafamiliar também é necessário intervir para se atingir uma mais clara igualdade entre os sexos. É ainda importante desenvolver os apoios nos vários domínios de intervenção (psicológico, social e jurídico), bem como intervir junto dos agressores, para que a intervenção vá mais longe do que a intervenção penal.

Com redes de apoio bastante reduzidas e coesas, muito focalizadas no quadrante familiar, as mulheres por nós estudadas parecem precisar dos técnicos para poder romper com as suas histórias saturadas de violência. Aspecto que comporta implicações importantes ao nível da intervenção.

A nível do tamanho, as mulheres institucionalizadas vítimas de violência conjugal apresentam uma rede social pessoal bastante reduzida, pois o seu tamanho médio é de 7,41

sujeitos. O quadrante institucional parece desempenhar um papel importante e expressivo nas redes destas mulheres.

Nas duas principais funções que as inquiridas consideram como mais importantes para pôr fim à situação de mau trato, destacam-se o apoio técnico ou de serviços, o aconselhamento e o apoio emocional.

No que diz respeito à frequência de contactos, pudemos verificar que o seu valor médio é de 2,09, o que nos aponta para contactos semanais. As inquiridas mantêm um maior número de contactos com a família, com os amigos e com os colegas de trabalho ou de estudo (frequência semanal). A menor frequência de contactos diz respeito ao quadrante das relações comunitárias ou de vizinhos (contactos quinzenais ou mensais). Com as instituições os contactos aproximam-se de um valor semanal.

Finalizamos com a crença de que, tal como nos diz Alarcão (2000), a protecção da mulher vítima de violência conjugal tem de ser um projecto colectivo, num sistema de rede, cujos agentes de responsabilização envolvam a família, a comunidade e as instituições.

Referências bibliográficas

ABREU, S. (2000). *Singularidade das Redes e Redes da Singularidade*. Tese de Mestrado apresentada à Escola Superior de Altos Estudos do Instituto Superior Miguel Torga.

AGUILAR, R. & NIGHTINGALEL, N. (1994). The Impact of Specific Battering Experiences on the Self-Esteem of Abused Women. *Journal of Family Violence*, 9 (1), 35-45.

AARCÃO, M. (2000). *(des) Equilíbrios Familiares*. Coimbrap. Quarteto Editora.

ALBERTO, I. (1999). *Avaliação da Perturbação Pós-Stress Traumático (PTSD) e suas consequências psicológicas em crianças e adolescentes vítimas de maltrato*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

ALEXANDER, R. (1993). Wife Batteringp. an australian perspective. *Journal of Family violence*, 8, 29-245.

BARRÓN, A. (1996). *Apoyo Socialp. aspectos teóricos y aplicaciones*. Madridp. Siglo Veintiuno España Editores.

BELSKYe, J. (1980). Child Maltreatment. An Ecological Integration. *American Psychologist*, 35 (4), 320-335.

BRONFENBRENNER, U. (1979). *The Ecology of Human Behavior*. Cambridge, MAp. Harvard University Press.

BROWNE, A. (1993). Violence Against Women by Male Partnersp. Prevalence, Outcomes, and Policy Implications. *American Psychologist*, 48 (10), 1077-1087.

BYRNE, C.; RESNICK, H.; KILPATRICK, D.; Best, C. & Saunders, B. (1999). The Socioeconomic Impact of Interpersonal Violence on Women. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 67 (3), 362-366.

CASCARDI, M. & O'LEARY, K. (1992). Depressive Symptomatology, Self-Esteem, and Self-Blame in Battered Women. *Journal of Family Violence*, 7 (4), 249-259.

CASCARDI, M.; O'LEARY, K. & SCHLEE, K. (1999). Co-occurrence and Correlates of Posttraumatic Stress Disorder and Major Depression in Physically Abused Women. *Journal of Family Violence*, 14 (3), 227-249.

CHESNAIS, J. (1981). *Historie de La Violence*. Parisp. Robert Laffont.

CORSI, J. (1995). *Violencia Familiarp. Una Mirada Interdisciplinaria Sobre Um Grave Problema Social*. Buenos Aires, Barcelona, México. PAIDOS.

EMERY, R. (1989). Family Violence. *American Psychologist*, 44 (2), 321-328.

EMERY, R. & LAUMANN-BILLINGS, L. (1998). An Overview of the Nature, Causes, and Consequences of Abusive Family Relationships. Toward Differentiating Maltreatment and Violence. *American Psychologist*, 53 (2), 121-135.

FOLLETTE, H. & ALEXANDER, P. (1992). Dating Violence. Current and Historical Correlates. *Behavioral Assessment*, 14, 1, 39-52.

FOLLINGSTAD, D.; BRENNAN, A.; HAUSE, E.; POLEK, D. & RUTLEDGE, L. (1991). Factors Moderating Physical and Psychological Symptoms of Battered Women. *Journal of Family Violence*, 6 (1), 81-95.

GUAY, J. (s.d.). *L'intervenant professionnel face à l'aide naturelle*. Gaetan Morin Éditeur.

GUÉDON, M. (1984). Les réseaux sociaux. In C. Brodeur & R. Rousseau. *L' Intervention de réseaux - une pratique nouvelle*. Montréalp. Éditions France-Amérique.

HOBFOLL, S. (1991). Traumatic Stress. A Theory Based on Rapid Loss of Resources. *Anxiety Research. an International Journal*, 3 (4), 187 – 198.

HOLIMAN, M. & SCHILIT, R (1991). Aftercare for Battered Women. How To Encourage The Maintenance Of Change. *Psychotherapy*, 28, 345-352.

HOLTZWORTH-MUNROE, A.; SMUTZLER, N. & STUART, G. (1998). Demand and Withdraw Communication Among Couples Experiencing Husband Violence. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 66 (5), 731-743.

- KATZ, J. & ARIAS, I. (1999). Psychological Abuse and Depressive Symptoms in Dating Womenp. Do Different Types of Abuse Have Differential Effects? *Journal of Family Violence*, 14 (3), 281-295.
- KILPATRICK, D.; ACIERNO, R.; RESNICK, H.; SAUNDERS, B. & BEST, C. (1997). A 2-year Longitudinal Analysis of the Relationships Between Violent Assault and Substance Abuse in Women. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 65, 834-847.
- KOSS, M. (1990). The Women's Mental Health Research Agendap. Violence Against Women. *American Psychologist*, 45 (3), 374-380.
- LACROIX, J. (1990). *L'individu, sa famille et son réseauxp. les thérapies familiales systémiques*. Parisp. ESF.
- LOURENÇO, N.; LISBOA, M. & PAIS, E. (1997). *Violência Contra as Mulheres*. Lisboa. Comissão Para a Igualdade e Para os Direitos das Mulheres.
- MacKINNON, L. & MILLER, D. (1987). The New Epistemology and the Milan Approachp. Feminist and Sociopolitical Considerations. *Journal of Marital and Family Therapy*, 13 (2), 139-155.
- MATOS, M. & MACHADO, C. (1999). Violência Conjugal e o Modelo de Intervenção em Crise. *Psicologiap. Teoria, Investigação e Prática*, 2, 373-388.
- PAIS, E. (1996). Violência(s)p. reflexões em torno de um conceito. *Interacções*, 4, 25-39.
- PORTUGAL, S. (2000). Globalização e Violência Doméstica. *Revista Critica de Ciências Sociais*, 57/58, 231-258.
- SATO, R. & HEIBY, E. (1992). Correlates of Depressive Symptoms Among Battered Women. *Journal of Family Violence*, 7 (3), 229-245.
- SILVA, L. (1991). O Direito de Bater na Mulher – violência interconjugal na sociedade portuguesa. *Análise social*, 111 (XXVI), 385-397.
- SILVA, L. (1995). *Entre Marido e Mulher Alguém Meta a Colher*. Santa Maria da Feirap. A Bolina.
- SLUZKI, C. (1996). *La red socialp. frontera de la practica sistematica*. Barcelonap. Gedisa Editorial.
- SPECK, R. & ATTNEAVE, C. (1990). *Redes Familiares*. Buenos Airesp. Amorrortu Ed.
- UMBELINA, Lidia (2001). *Os Ciganos e a sua Rede Social Pessoal*. Tese de Mestrado apresentada à Escola Superior de Altos Estudos do Instituto Superior Miguel Torga.
- VESTERDAL, J. (1991). Aspectos Criminológicos dos Maus Tratos. *Infância e Juventude*, (ed. Especial) 49-84.

WALKER, L. (1994). *Abused Women and Survivor Therapy. A Practical Guide for the Psychotherapist*. Washington, DCp. American Psychological Association.

WELLMAN, B. (1981). Applying network analysis to the study of support. *In B.*

NOTAS

¹ A maioria dos autores considera que, na violência conjugal, os maus tratos são sobretudo realizados pelo homem contra a mulher (Lourenço, Lisboa & Pais, 1997; Corsi, 1995; Antonopoulou, 1999; Browne, 1993; Pais, 1998).

² Vários estudos têm demonstrado que os homicídios intra-familiares, principalmente cometidos entre cônjuges, nos quais a mulher é a principal vítima, constituem uma parte importante do conjunto dos homicídios (Lourenço, Lisboa & Pais, 1997).

³ Tendo em conta a temática deste ponto (rede social), decidimos seguir de perto as opções apresentadas na obra que Sluzki (1996) dedica ao estudo das redes sociais, uma vez que consideramos que apresenta a grelha de análise de redes sociais mais pormenorizada e simultaneamente sistematizada.

